

Biografias de personalidades portuguesas (Nomes de A a L)

Source: Maria Fernanda Rollo, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Av. de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa. www.fcsh.unl.pt.

Copyright: (c) Pr. Fernanda Rollo

URL: http://www.cvce.eu/obj/biografias_de_personalidades_portuguesas_nomes_de_a_a_l-pt-d7ef7c24-0423-403d-9e47-792b27cf5ec3.html

Publication date: 07/09/2012

Biografias das personalidades portuguesas (Nomes de A a L)

ABREU, Augusto Cancela de

Ocupou as funções de Director da Sociedade Estoril e foi membro do Conselho de Administração dos Caminhos-de-ferro da Beira Alta. Pela remodelação governamental de 6 de Setembro de 1944 tomou posse como ministro das Obras Públicas, onde se manteve até 4 de Fevereiro de 1947. Transitou então para o Ministério do Interior, que chefiou até 2 de Agosto de 1950.

ALMEIDA, Vasco Vieira de

Nasceu em 1932. Concluiu a licenciatura de Direito em 1955. Aderiu ao MUD Juvenil enquanto estudante liceal. Apoiou a candidatura de Arlindo Vicente à Presidência da República nas eleições de 1958, tendo transferido o seu apoio para Humberto Delgado quando o candidato apoiado pelo PCP anunciou a sua desistência. Foi preso duas vezes: a primeira, em 1958, no dia das eleições presidenciais e a segunda, em 1963, depois de ter estado envolvido numa fuga de destacados militantes comunistas da prisão de Caxias ocorrida a 4 de Dezembro de 1961.

Paralelamente, inicia a sua actividade profissional no sector financeiro, ingressando no Banco Português do Atlântico (BPA) em 1958, tendo sido promovido ao cargo de director-geral daquela instituição aos 35 anos. Abandona o BPA em 1972 para, na companhia do industrial Manuel Bulhosa, assumir o controlo do Crédito Predial Português. Após o 25 de Abril, integra o I Governo Provisório, liderado por Adelino da Palma Carlos, onde ocupa a pasta de ministro da Coordenação Económica, cargo que abandona em Julho de 1974. Em Janeiro de 1975 é ministro da Economia do Governo de transição que, em Angola, integra representantes de Portugal e dos três movimentos nacionalistas (MPLA, UNITA e FNLA). Retorna a Portugal em Agosto do mesmo ano. É na qualidade de embaixador itinerante que negocia, em 1975, com a CEE, a obtenção de auxílio financeiro para Portugal.

AMADO, Luís Filipe Marques

Nasceu em Porto de Mós a 17 de Setembro de 1953, tendo-se licenciado em Economia no Instituto Superior de Economia. Filiou-se no PS em 1982 fixou-se na ilha da Madeira, foi eleito vereador na Câmara Municipal do Funchal e deputado regional naquele arquipélago. Em 1992 assume o lugar de deputado na Assembleia da República. Com a chegada de António Guterres a S. Bento, em 1995, é nomeado secretário de Estado da Administração Interna, tendo transitado para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação em 1997, lugar onde se manteve até 2002, ano em que a coligação PSD/CDS-PP forma Governo. É nomeado ministro da Defesa do Governo liderado por José Sócrates entre 2005 e 2006, substituindo Freitas do Amaral no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Julho desse ano.

AMARAL, João Maria Ferreira do

Começou a sua carreira como engenheiro da Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, altura em que conheceu Ferreira Dias (então presidente da JEN), de quem vem a ser secretário quando esse assumiu o cargo de subsecretário de Estado do Comércio e Indústria. Depois da Guerra, foi chefe de gabinete de Daniel Barbosa que, em 1948, o nomeou director-geral da recém reorganizada Direcção Geral dos Serviços Industriais, onde se manteve até 1969. Engenheiro, industrialista, 'discípulo' da obra de Ferreira Dias que procurou prosseguir e concretizar ao longo da sua vida profissional. Ver João Ferreira do Amaral, «Amaral, João Maria Barreto Ferreira», in DHEN, pp. 43-44.

AMARAL, Joaquim Martins Ferreira do

Nasceu em Lisboa a 13 de Abril de 1945 tendo concluído a licenciatura em Engenharia Mecânica no Instituto Superior Técnico. É militante do PSD desde 1981. O seu percurso profissional está ligado à passagem pela direcção de organismos do Estado dos quais se destacam o Instituto de Investimento Estrangeiro entre 1982 e 1983, as Industrias Nacionais de Defesa em 1982 e o Instituto financeiro de Apoio

ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas em 1986. Em 1979 pertencia aos quadros da Direcção Geral dos Serviços Industriais quando é convidado para ingressar no V Governo Constitucional, liderado por Maria de Lurdes Pintasilgo, sendo-lhe atribuída a Secretaria de Estado das Indústrias Extractivas e Transformadoras.

Em 1981 é chamado para a Secretaria de Estado da Integração Europeia no Governo de Pinto Balsemão, presidindo, por inerência, à Comissão de Integração Europeia. É nomeado ministro do Comércio e Turismo no primeiro Governo minoritário de Cavaco Silva, cargo no qual se manteria até 1990, data em que assume a pasta das Obras Públicas. Após a derrota do PSD nas eleições legislativas de 1995, ocupa o seu lugar de deputado na Assembleia da República, tendo sido candidato derrotado nas eleições para a Câmara Municipal de Lisboa de 1997 ganhas por João Soares. Foi candidato à Presidência da República, nas eleições de 1991, ganhas por Jorge Sampaio.

AMARAL, Luís Fernando de Mira

Nasceu na Amadora a 4 de Dezembro de 1945. Licenciou-se em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico, tornando-se professor assistente naquela instituição entre 1969 e 1979. Exerceu a sua actividade profissional na Direcção Geral de Aeronáutica Civil entre 1969 e 1975, ingressando em seguida na Companhia Portuguesa de Electricidade de Portugal. Entre 1980 e 1983 foi admitido no Banco de Fomento Nacional como técnico superior e presidiu ao Conselho Directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social entre 1984 e 1985. Foi membro da direcção do Sindicato dos Engenheiros da Região Sul. Foi convidado para a pasta do Trabalho e da Segurança Social no primeiro Governo liderado por Aníbal Cavaco Silva entre 1985 e 1987. Tutelou a pasta da Indústria e Energia nos X e XI Governos Constitucionais, de maioria PSD, tendo sido o responsável máximo pelo Plano Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP) I e II, que geria os apoios comunitários concedidos ao sector transformador.

AMORIM, Diogo Pacheco de

Matemático e economista, professor catedrático na Universidade de Coimbra e, depois, na do Porto. Militante católico do CADC e do Centro Católico, cuja dissolução e integração na União Nacional defendeu. Deputado na I República e durante o Estado Novo.

ANTUNES, Manuel Lobo

Nasceu em Lisboa a 27 de Junho de 1958. Licenciou-se em Direito pela Universidade Católica e graduou-se, naquela instituição, em Estudos Europeus. Abraçou a carreira diplomática em 1983, ingressando no posto de adido de embaixada. No ano seguinte, torna-se consultor da Casa Civil da Presidência da República, cargo em que se manteve até 1986. A sua carreira diplomática levá-lo-ia a Haia e a Harare, capital do Zimbabué. Em 2001 é escolhido por António Guterres para o lugar de assessor diplomático em São Bento e torna-se representante suplente do Governo português na Convenção Sobre o Futuro da Europa, organismo encarregue da elaboração de uma proposta de Constituição Europeia. Com a chegada ao Governo de José Sócrates é nomeado secretário de Estado das Pescas, transitando para o posto de secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus em Julho de 2006, com a chegada de Luís Amado ao Palácio das Necessidades.

ANTUNES, Tenente-coronel Ernesto Augusto de Melo

Nasceu em Lisboa a 2 de Outubro de 1933. Frequentou a Escola do Exército, fez o tirocínio na Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas e, em 1957, sobe à categoria de alferes. A sua passagem pela vila alentejana fica marcada pelos primeiros contactos com grupos da Oposição e os primeiros atritos com a hierarquia militar, que lhe valeram a colocação nos Açores, onde cumpre serviço entre 1958 e 1962. Cumpriu três comissões de serviço em Angola, entre 1963 e 1965, entre 1966 e 1968 e entre 1971 e 1973. O seu nome surge entre os candidatos da CDE às eleições legislativas de 1969 por Ponta Delgada, mas as autoridades militares recusam-lhe a autorização necessária para que se apresente a escrutínio. Ingressa no

Movimento dos Capitães em 1973, após o seu regresso de Angola, tornando-se num dos principais redactores do programa político do MFA. É nomeado para o Conselho de Estado logo após o 25 de Abril e ministro sem pasta do II Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves. Assume a pasta dos Negócios Estrangeiros nos IV e VI Governos Provisórios, presididos por Vasco Gonçalves e Pinheiro de Azevedo, respectivamente.

Considerado como o ideólogo do MFA, é responsável por documentos emblemáticos da Revolução, como o programa económico conhecido como «Plano Melo Antunes» ou o «Documento dos Nove», elaborado com outros elementos da ala moderada do Conselho da Revolução. É membro deste organismo até à sua extinção, em 1982 e membro do Conselho de Estado desde 1982 até 1986. Aderiu ao PS em 1981. Morreu a 10 de Agosto de 1999.

ARAÚJO, Alberto Henriques de

Nasceu no Funchal a 3 Março de 1903. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (1925), Alberto Araújo foi vogal da Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira, presidente da Associação Comercial do Funchal e deputado à Assembleia Nacional (1945-1969). Ao longo do quarto de século em que permanece no Parlamento, defende, acerrimamente, o fomento do turismo, a construção de infra-estruturas portuárias e a execução de aproveitamentos hidráulicos na ilha da Madeira. Ainda na Assembleia Nacional pronunciou-se acerca da participação de Portugal em organismos de cooperação europeia, nomeadamente: adesão de Portugal ao Plano Marshall, Protocolo Adicional ao Tratado do Atlântico Norte relativo à adesão da Grécia e da Turquia, e assinatura da convenção de Estocolmo. Morreu a 1 de Março de 1980.

AZEVEDO, Almirante José Baptista Pinheiro de

Nasceu em Luanda a 5 de Agosto de 1917 e aos 17 anos ingressou na Escola Naval. Leccionou Astronomia e Navegação na Escola Naval e foi professor do curso de capitães na Escola Náutica. Publicou bibliografia relacionada com a trigonometria, a meteorologia e a navegação. Ingressou no Movimento de Unidade Democrática (MUD) e apoiou as candidaturas presidenciais de figuras da oposição como Norton de Matos e Quintão Meireles e Humberto Delgado. Era comandante da defesa marítima da província angolana do Zaire quando deflagra a Guerra Colonial. Entre 1968 e 1971 esteve integrado na Embaixada de Portugal em Londres como adido naval. Comandava os fuzileiros navais a 25 de Abril e pertenceu à Junta de Salvação Nacional, sendo também nomeado chefe de Estado-Maior da Armada. Sucedeu a Vasco Gonçalves no cargo de primeiro-ministro chefiando o VI Governo Provisório entre 1975 e 1976. Apresentou-se a escrutínio nas primeiras eleições para a Presidência da República realizadas em 1976 e vencidas por Ramalho Eanes. Foi presidente do Movimento Patriótico Pró-Olivença em 1981. Morreu em Lisboa a 10 de Agosto de 1983.

BARBOSA, António Manuel Pinto

Nasceu na Murtosa a 31 de Julho de 1917. Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras, pela Universidade Técnica de Lisboa, concluiu o doutoramento em 1941, iniciando em seguida um percurso académico riquíssimo. Em 1948 foi nomeado director do Conselho Técnico Corporativo. Dois anos mais tarde, Salazar convida-o a integrar o Governo na qualidade de secretário de Estado do Tesouro. Em 1955 é nomeado ministro das Finanças, escolhendo, Manuel Jacinto Nunes, para o substituir, precisamente, na pasta do Tesouro. Responsável pela apresentação da candidatura de Portugal ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco de Reconstrução e Desenvolvimento. Adepto da estabilidade financeira, cambial e do equilíbrio orçamental recebeu várias críticas ao longo do seu mandato. Em 1965 é nomeado governador do Banco de Portugal, cargo que ocupou até à Revolução de Abril de 1974.

BARBOSA, Daniel Maria Vieira

Licenciou-se em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em 1935, onde foi aluno de Ezequiel de Campos. Obteve o prémio atribuído pela Câmara Municipal do Porto ao melhor aluno do curso. Frequentou vários centros universitários estrangeiros, designadamente na Alemanha, na

Suíça e em França. Em 1936 entrou como engenheiro adjunto para a Direcção Técnica da Administração dos Portos do Douro e Leixões e, no ano seguinte, assumiu funções de assistente na Faculdade de Engenharia do Porto. Em Dezembro de 1941 foi encarregado pelo Ministério da Economia de estudar a reorganização da indústria papelreira portuguesa; em Janeiro seguinte foi nomeado presidente da Comissão Reorganizadora da Indústria do Papel. De salientar o conjunto de textos que escreve nos anos seguintes abordando questões industriais, em particular a série de artigos focando «Problemas industriais» que publicou em *O Diário Popular*. Em Março de 1945 foi indicado para exercer o cargo de governador do Distrito Autónomo do Funchal, onde se manteve até ser chamado ao Governo em 1947.

Substituído na pasta da Economia, Daniel Barbosa regressou à Universidade do Porto como professor catedrático de Ciências Económicas. Nos anos seguintes, entre 1949 e 1957, foi deputado à AN. Entretanto, em 1952, assumiu o lugar de professor catedrático do Instituto Superior Técnico sendo o regente da cadeira de Economia Política. Foi bastonário da Ordem dos Engenheiros e, entre 1965 e 1974 foi governador do Banco de Fomento Nacional. Na última remodelação governamental do Estado Novo, em Março de 1974, Marcelo Caetano chamou-o novamente ao Governo, desta vez convidando-o para titular do então criado Ministério da Indústria e Energia.

Daniel Barbosa deixou uma vasta obra publicada, incluindo vários trabalhos sobre a economia nacional. Para além dos textos decorrentes da sua acção como ministro da Economia que ficaram coligidos na pasta da Economia, cit., destacam-se, entre outros, pela análise da evolução da economia nacional, *Alguns Aspectos da Economia Portuguesa*, Vol. I, Livraria Lello e Irmão Editores, Porto, 1949; *Realidades Económicas, Prelecções de Economia Aplicada proferidas no curso de 1950-1951*, Centro de Estudos Económicos e Financeiros da Associação Comercial do Porto, Porto, 1952; *Considerações Acerca do Problema Económico Português*, Livraria Tavares Martins, Lisboa, 1958; *A acção dos engenheiros e os actuais condicionalismos da economia portuguesa*, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1961, Separata da Técnica, n.º 311, 1961, pp. 391-407 e *Novos Rumos da Política Económica, Celebrar o Passado, Construir o Futuro, Ciclo de Conferências promovido pela Comissão Executiva do 40.º Aniversário da Revolução Nacional*, Vol. I, Lisboa, 1966, pp. 231-273, também editado autonomamente pelo autor em 1966.

Daniel Barbosa deixou uma extensa obra publicada versando, sobretudo numa primeira fase, aspectos directamente ligados à sua actividade como engenheiro civil, e, particularmente a partir do início dos anos 40, dedicada a problemas de economia e política económica. Sobre o período em que foi ministro da Economia ver a colectânea de textos que o próprio deixou publicada com o título *Na Pasta da Economia. Discursos, Declarações e Súmulas das Conferências com a Imprensa*, Portugália Editora, Lisboa, s.d.

Ver sobre Daniel Barbosa *A Universidade Técnica de Lisboa e os seus Mestres*, IST, Lisboa, 1956, pp. 787-791; *Daniel Maria Vieira Barbosa, Curriculum Vitae*, Tip. Sequeira Limitada, Porto, 1944; J.M. Brandão de Brito, *Os engenheiros...*, cit.; *A Industrialização...* cit. e *Da ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização*, Portugal Contemporâneo, Vol. 4 – 1926-1958, Publicações Alfa, Lisboa, 1990, pp. 125-162; Fernando Rosas, *O Daniel das Farturas. Notas para um estudo da política de estabilização económica de 1947/1948, Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, ISEG, Lisboa, 1995, pp. 387-407 ou *Daniel Barbosa e a política de estabilização económica e social do pós-guerra (1947/8) in Salazarismo e Fomento...* cit., pp. 123-149; Maria Fernanda Rollo, *Barbosa, Daniel Maria Vieira*, in DHEN, pp. 90-91; Carlos Bastien, *Daniel Maria Vieira Barbosa (1908-1986)*, in Dicionário Histórico de Economistas Portugueses, cit., pp. 44-47; Fernando Rosas, *Rita Carvalho e Pedro Aires Oliveira, Daniel Barbosa, Salazar e Caetano. Correspondência Política 1945-1988*, 2 vols., Círculo de Leitores, 2002.

BARROS, José Augusto Correia de

Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria entre 4 de Fevereiro de 1947 e 16 de Outubro de 1948.

BARROSO, José Manuel Durão

Nasceu em Lisboa a 23 de Março de 1956 e licenciou-se em Direito pela Universidade Clássica. É mestre em Ciências Económicas e Sociais e pós-graduado em Estudos Europeus pela Universidade de Genebra. Foi

assistente da Faculdade de Direito de Lisboa, «visiting scholar» dos Institutos Universitários Internacionais do Luxemburgo e do Instituto de Florença e professor visitante da Universidade de Georgetown, em Washington. Foi director do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada. Militou no MRPP aos 18 anos, ainda antes do 25 de Abril de 1974, aderindo ao PSD seis anos mais tarde.

Estreou-se em funções governativas como secretário de Estado da Administração Interna em 1985, no primeiro Governo liderado por Cavaco Silva. Seguiu-se a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, entre 1987 e 1992, nos XI e XII Governos Constitucionais de maioria social-democrata. É nessa qualidade que medeia as negociações entre MPLA e UNITA que culminam na assinatura dos acordos de Bicesse, em 1991, sobe à categoria de ministro dos Negócios Estrangeiros em 1992, cargo no qual permanece até 1995. Ingressa na Assembleia da República em 1995 onde preside à Comissão dos Negócios Estrangeiros assumindo, em 1999 a liderança do PSD. Ganha as eleições legislativas de 2002, antecipadas na sequência do pedido de demissão de António Guterres do cargo de primeiro-ministro em 2001, liderando um governo de coligação suportado pelo PSD e CDS-PP. Abandona a chefia do Governo para abraçar a presidência da Comissão Europeia, cargo para que é indigitado a 26 de Junho de 2004.

Defendeu, em entrevista ao *Público*, de 9 de Janeiro de 1994, uma construção europeia enquanto modelo internacional no quadro do direito internacional que não se limita a agrupar interesses intergovernamentais, mas que deve manter-se protegida de tentações federalistas. Publicou os livros *Sistema de Governo e Sistema Partidário*, co-auteur avec Pedro Santana Lopes e *O sistema político português face à integração europeia*, este em co-autoria com Pedro Santana Lopes.

BEBIANO, José Bacelar

Ministro das Colónias (entre 25 de Abril de 1928 e 20 de Julho de 1929, acumulando com a pasta do Comércio e das Comunicações que chefiou entre 18 de Abril e 11 de Junho de 1928 e durante uns dias em Novembro do mesmo ano) e presidente da Junta das Missões de Investigações Coloniais. Presidente da delegação portuguesa à Comissão colonial da OECE.

BELEZA, Luís Miguel Couceiro Pizarro

Licenciou-se em Economia na Universidade Técnica de Lisboa em 1972 e obteve o grau de doutor (Ph. D.) no Massachusetts Institute of Technology (MIT) em 1979. Ingressou no Banco de Portugal nesse ano desempenhando funções no Gabinete de Estudos Económicos. Foi economista do Fundo Monetário Internacional, encarregue das relações com a Espanha entre 1984 e 1987. Regressa a Portugal e ao Banco Central, onde, a convite do primeiro-ministro Cavaco Silva, ocupa o cargo de administrador. Em 1990 ingressa no XI Governo Constitucional, assumindo a pasta das Finanças após a saída de Miguel Cadilhe e permanecendo no Ministério até 1991.

Em 4 de Abril de 1992 toma posse como governador do Banco de Portugal, sendo, nesse posto, responsável pela condução dos primeiros passos do Escudo rumo à União Económica e Monetária, após a entrada no Mecanismo das Taxas de Câmbio a 6 de Abril de 1992. Enfrenta a crise no Sistema Monetário Europeu de Setembro de 1992 causada pela agitação dos mercados financeiros e que se traduz por uma desvalorização do Escudo em seis por cento, cenário que se repetiria a 13 de Maio de 1993, com uma desvalorização de 6,5 por cento. A 26 de Julho de 1994 é afastado do cargo de governador na sequência de divergências com o ministro das Finanças, Braga de Macedo, que contestou a acção do banco central e defendeu a necessidade deste descer as taxas de juro.

BIANCHI, João António de

Ingressou na carreira diplomática em 1916. Foi sucessivamente secretário da Legação de Portugal em Londres, delegado de Portugal na Conferência de Paz em 1919, ministro plenipotenciário e chefe de protocolo em 1922, encarregado de negócios em Londres em 1923 e 1924, ministro de Portugal em Pequim em 1925, director político nos Negócios Estrangeiros em 1932, nomeado ministro de Portugal em Washington em 1933. Quando da transformação da Legação de Portugal em Washington em Embaixada (27

de Maio de 1944), Bianchi continuou a representar Portugal nos EUA na qualidade de embaixador – permaneceu nesse posto durante 14 anos. Em Agosto de 1947 regressou a Portugal para, sucedendo a Teixeira de Sampaio, ocupar o lugar de secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

CADILHE, Miguel José Ribeiro

Nasceu em 1945 em Barcelos. Licenciou-se em Economia na Universidade do Porto em 1968. Foi funcionário do BCP, atingindo a chefia do Gabinete dos Económicos da instituição bancária com sede no Porto. Tem a sua primeira experiência governativa quando, em 1980, é convidado por Cavaco Silva a ingressar no Governo liderado por Francisco Sá Carneiro, assumindo a Secretaria de Estado do Planeamento. Após a queda do VI Governo Constitucional, vai para Londres em 1981 onde se dedica à investigação na London School of Economics. Desempenha a actividade docente na Faculdade de Economia do Porto. Com a vitória de Cavaco Silva nas eleições legislativas de 1985 torna-se ministro das Finanças nos X e XI Governos Constitucionais, abandonando o posto em 1990. A sua acção governativa fica marcada por uma reforma fiscal que introduz o IVA, o IRS e o IRC e pela chamada «Lei Sapateiro», o instrumento legislativo que regulará o mercado de capitais e que permitirá o lançamento das privatizações. Após a saída do Governo, desenvolve actividade profissional no sector privado, passando pelo BPA, Banco de Fomento e BCP. Em 2001 preside à Agência Portuguesa para o Investimento, organismo criado durante o Governo de Durão Barroso.

CALDAS, José Garcez Pereira

Subsecretário de Estado da Agricultura entre 16 de Outubro de 1948 e 2 de Agosto de 1950.

CAMPINOS, Joaquim Jorge de Pinho

Nasceu em 1937, tendo permanecido exilado em França durante 14 anos. Foi um dos fundadores do PS. Após o 25 de Abril de 1974 foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros no II, III e IV Governos Provisórios. É nomeado ministro do Comércio Externo no VI Governo Provisório e ministro sem pasta no I Governo Constitucional. Participou nas conversações que conduziram ao reconhecimento por Portugal da independência da Guiné e S. Tomé e Príncipe. Foi ainda juiz do Tribunal Constitucional e deputado europeu. Em 1988 foi escolhido para o cargo de director dos serviços jurídicos do Parlamento Europeu. Morreu em Moçambique, vítima de acidente de viação ocorrido a 30 de Julho de 1993.

CAPUCHO, António D'Orey

Nasceu em Lisboa em 1945 e licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas. Apoiou candidaturas da oposição democrática encabeçada pela CEUD em 1969 e pela CDE em 1973. Aderiu ao PSD em 1974. Nomeado secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro nos VII e VIII Governos Constitucionais, foi conduzido ao Ministério da Qualidade de Vida no IX Governo Constitucional entre 1983 e 1984. Entre 1987 e 1989 desempenha a função de ministro dos Assuntos Parlamentares no XI Governo Constitucional. Foi eleito deputado nas eleições legislativas de 1980, 1983, 1985 e 1987. Em 1989 concorre e é eleito nas eleições para o Parlamento Europeu como cabeça de lista do PSD, repetindo novamente a eleição em 1993, desta feita no segundo lugar de uma lista do PSD liderada por Eurico de Melo. Em 1994 é designado para uma das vice-presidências do Parlamento Europeu. É, actualmente, presidente da Câmara de Cascais.

CARDIA, Mário Augusto Sottomayor Leal

Nasceu em Matosinhos a 19 de Maio de 1941. Aos 17 anos participa na campanha eleitoral para a eleição do general Humberto Delgado, em 1958. No ano seguinte, ingressa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para frequentar o curso de Histórico-Filosóficas. Foi membro da coordenação da reunião inter-associações durante a crise académica de 1961/1962, datando dessa época a sua adesão ao PCP, partido de que viria a desvincular-se em 1973. Integrou a redacção da revista *Seara Nova* em 1963, colaboração que cessou em 1972, e fez parte do grupo fundador do PS na Alemanha no ano seguinte. Foi ministro da Educação no I Governo Constitucional liderado por Mário Soares entre 1976 e 1978, depois de ter

pertencido à Assembleia Constituinte. Foi eleito deputado à Assembleia da República nas I, III, IV e V Legislatura. Desenvolveu actividade universitária no departamento de Filosofia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CARLOS, Adelino Hermitério da Palma

Nasceu em Faro a 3 de Março de 1905. Matriculou-se na Faculdade de Direito de Lisboa tendo criado, em 1923, a Liga da Mocidade Republicana. Licenciou-se em 1926 e no ano seguinte iniciou uma longa carreira ligada à advocacia, representando figuras ligadas à revolta de 7 de Fevereiro de 1927, como o general Sousa Dias e o coronel Freiria. Distinguiu-se na defesa de vários nomes ligados à oposição ao Estado Novo, de que se destacam Norton de Matos, Bento de Jesus Caraça, Azevedo Gomes, João Soares ou Vasco da Gama Fernandes. Ainda enquanto advogado, participou no processo sobre a validade do testamento de Calouste Gulbenkian ou o processo da herança de *Sommer*.

Doutorou-se em Ciências Histórico-Jurídicas pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1934, mas o Estado Novo não permitiu que exercesse a actividade docente e exonerou-o do lugar que ocupava no Instituto de Criminologia. Foi mandatário da candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República nas eleições de 1949. Foi eleito bastonário da ordem dos advogados, cargo que exerceu durante dois mandatos entre 1951 e 1956. No início da década de 50, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa admitiu-o como professor convidado, tendo exercido a direcção da instituição entre 1965 e 1970. Foi convidado pelo general Spínola a chefiar o primeiro Governo Provisório do pós-25 de Abril, tendo pedido a demissão 56 dias depois. Pertenceu ao Conselho Consultivo do PRD e presidiu à Comissão de Honra da candidatura de Ramalho Eanes à Presidência da República.

CARNEIRO, Francisco Manuel Lumbrales de Sá

Nasceu no Porto em 1934 e licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa. Ingressa na vida política em plena Primavera Marcelista, ao concorrer às eleições para a Assembleia Nacional pelas listas da Acção Nacional Popular. Torna-se figura de proa de um grupo de deputados que ficaria conhecido por Ala Liberal, de que fazem parte Francisco Pinto Balsemão, Magalhães Mota, Miller Guerra, Mota Amaral e Pinto Leite e que procurarão reformar o regime por dentro no sentido de uma maior abertura democrática. Os direitos dos detidos, especialmente quando sob a alçada da DGS, a liberdade de imprensa, de reunião e de associação, tornam-se o fulcro das suas intervenções na Assembleia Nacional. Renuncia, contudo, ao seu lugar de deputado a 25 de Janeiro de 1973 por considerar que não estão reunidas as condições para o exercício livre da actividade parlamentar. Remete-se, então à participação na SEDES, de que foi membro do Conselho Coordenador entre 1973 e 1974.

Funda o PPD logo após o 25 de Abril, a 5 de Maio de 1974, juntamente com Pinto Balsemão e Magalhães Mota, tornando-se, em seguida, ministro adjunto do I Governo Provisório liderado por Palma Carlos, abandonando-o na sequência de divergências com os militares não-spinolistas do MFA. É eleito secretário-geral do PPD no I congresso deste partido, mas a direcção do Partido fica entregue a Emídio Guerreiro por motivos de doença entre 1975 e 1976. Enfrentou cisões internas, de que foi exemplo o Congresso de Aveiro, assinalado pelo abandono do PPD de uma facção social-democrata encabeçada por Emídio Guerreiro, ou uma outra, em 1979, envolvendo muitos membros do seu grupo parlamentar. Forja a Aliança Democrática em conjunto com o CDS e a AD forma governo em 1979. Depois de entrar em rota de colisão com o general Ramalho Eanes, apoia Soares Carneiro na sua candidatura às eleições presidenciais de 1980. Morreu a 4 de Dezembro de 1980 quando o avião, no qual se deslocava para uma acção de campanha para as eleições presidenciais no Porto, se despenhou em Camarate.

CARREIRA, Henrique Medina

Nasceu em Bissau a 14 de Janeiro de 1931. Concluiu um curso médio de Engenharia Mecânica em 1951 e, em 1954, licenciou-se em Ciências Pedagógicas. Termina a licenciatura em Direito em 1962 e exerce a advocacia nas áreas do direito fiscal e direito comercial. Após o 25 de Abril ingressa na administração do Banco Intercontinental Português entre 1974 e 1975 em representação do Estado português. Ainda nesse

ano, integra o VI Governo Provisório de Pinheiro de Azevedo no lugar de subsecretário de Estado do Orçamento. Foi nomeado director-geral das Contribuições e Imposto, tomando posse em Janeiro de 1976. Torna-se ministro das Finanças do I Governo Constitucional, liderado por Mário Soares e é nessa condição que negocia, com o FMI, um empréstimo no valor de 750 milhões de dólares. Abandona o PS em 1978, durante a vigência do II Governo Provisório, por divergências quanto à política económica adoptada pelo partido no poder. Dirigiu, na segunda metade da década de 90, a comissão nomeada pelo ministro das Finanças Sousa Franco encarregue do estudo das alterações ao sistema de tributação do património. Foi nomeado membro do Conselho de Administração da Expo'98.

CARVALHAS, Carlos Alberto do Vale Gomes

Nasceu S. Pedro do Sul a 9 de Novembro de 1941. Licenciou-se em Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, depois de ter iniciado a sua vida universitária no Porto. Ainda adolescente, apoiou o general Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958, tendo aderido ao PCP 11 anos mais tarde, integrando também a CDE. Desenvolve actividade profissional como director financeiro da Profabril, empresa do universo CUF, e torna-se director do *Notícias da Amadora*. Escreveu ainda em publicações como a *Vértice* ou a *Seara Nova*. Ainda antes do 25 de Abril, esteve envolvido na actividade sindical no sindicato dos metalúrgicos. Logo após o 25 de Abril de 1974 é nomeado secretário de Estado do Trabalho do I Governo Provisório, lugar onde se manteve até ao IV Governo Provisório. Após a saída do Governo, ingressou na Assembleia da República como deputado, tendo composto a Comissão Parlamentar da Integração Europeia. É nessa qualidade que contribuiu para a fundamentação, do ponto de vista técnico, da posição do PCP sobre a adesão de Portugal à CEE.

Foi cabeça de lista da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu, realizadas em 1989, e em Estrasburgo ocupou uma das vice-presidências da Coligação de Esquerda. É o escolhido para o posto de secretário-geral adjunto do PCP num congresso realizado no Porto em Maio de 1990, no momento em que o partido atravessa uma crise interna motivada pela contestação de alguns militantes que abandonaram ou foram expulsos do partido, um quadro que teve por fundo a queda dos regimes comunistas do Leste da Europa e a abertura política operada na URSS. O XIV Congresso do PCP, realizado em Almada em Dezembro de 1992, confirma Carlos Carvalhas como o sucessor de Álvaro Cunhal, o líder histórico do PCP. Manteve-se à frente dos destinos do PCP até Novembro de 2004, passando o testemunho a Jerónimo de Sousa no XVII Congresso realizado em Almada.

CASTRO, Augusto de

Jornalista, escritor, diplomata. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Deputado do Partido Progressista nos últimos anos da Monarquia. A partir de 1924 foi, sucessivamente embaixador de Portugal em Londres, Vaticano, Bruxelas, Roma, novamente em Bruxelas e Paris (1945-1947). Director do *Diário de Notícias* em intermitência com os referidos cargos de diplomata (1919-1924, 1939-1945 e 1947-1971). Prémio Nacional de Literatura.

CATROGA, Eduardo de Almeida

Nasceu em S. Miguel do Rio Torto, concelho de Abrantes a 14 de Novembro de 1942 e licenciou-se em Finanças no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Universidade Técnica de Lisboa, em 1966. Concluiu uma pós-graduação pelo Harvard Business School em 1979. Colaborou com o Ministério das Finanças como consultor entre 1967 e 1974. Foi professor no ISCEF entre 1968 e 1974. Iniciou a sua actividade enquanto gestor na CUF em 1968 onde desempenhou várias funções, mantendo-se no grupo após a sua nacionalização e chegando à vice-presidência da Quimigal entre 1978 e 1980. A partir de 1981 tem assento na administração de várias empresas das quais se destacam a SAPEC, PROLOGICA, SPC – Serviço Português de Contentores, CELCAT, BP Portuguesa e Banco Finantia, tendo também participado no lançamento da Associação dos Gestores Públicos e do Fórum dos Gestores. Foi convidado para o cargo de ministro das Finanças em 1993 depois da saída do Governo de Jorge Braga de Macedo, mantendo-se no cargo até 1995.

COISORÓ, Narana Sinai

Nasceu em Goa em 1933 no seio de uma família hindu e de convicções nacionalistas. Abandonou Goa para frequentar a Universidade de Coimbra onde se licenciou em Direito em 1955. No ano seguinte concluiu o curso complementar de Ciências Económico-Políticas. Assessorou juridicamente a delegação que, em 1958, participou nas Negociações da Convenção de Estocolmo, o documento que instituiu a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA). Depois de concluir o doutoramento, na Faculdade de Direito da Universidade de Londres, ingressa na vida académica em 1962 no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), de onde é afastado em 1969 pelo então ministro da Educação José Hermano Saraiva. Acumula a actividade docente com a advocacia. O regresso ao ISCSPU apenas se verificaria após o 25 de Abril de 1974, ano em que se filia no CDS. É eleito deputado desde 1976 e abandona a política activa após a chegada à liderança do CDS de Manuel Monteiro.

CORREIA, José Dias de Araújo

Formado em Ciências e em Engenharia de Minas pelo Imperial College of Science and Technology em Londres. Foi ministro do Comércio e Comunicações entre 11 de Junho e 10 de Novembro de 1928 e ministro da Agricultura por três dias, entre 16 e 18 de Julho, também em 1928, no ministério presidido por José Vicente de Freitas. Deputado em todas as legislaturas do Estado Novo. Foi administrador da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGD) entre 1929 e 1964; presidente da secção de estudo da proposta de lei de finanças; relator da comissão encarregada de examinar as contas públicas; delegado da AN nos Congressos Interparlamentares do Comércio de Londres e Bucareste.

Araújo Correia desempenhou um papel importante na defesa e na promoção do desenvolvimento económico do País, expressas numa constante intervenção política, particularmente através do exercício da sua qualidade de deputado e, em especial, de relator das contas públicas – textos em que frequentemente se dedica à análise da conjuntura e da política económica e à formulação e defesa de propostas sobre o desenvolvimento económico do País. Assumiu particular protagonismo e teve uma influência assinalável na definição e na condução da política económica portuguesa no período do pós-Guerra. Foi Araújo Correia que elaborou o programa económico português, apresentado em Novembro de 1948 na Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), destinado a sustentar a participação do nosso País no Plano Marshall e foi o primeiro presidente da Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia (CTCEE) criada para gerir o aproveitamento desse auxílio em Portugal, cargo onde se manteve apenas entre 1 de Setembro de 1948 e 29 de Julho de 1949.

Ver sobre Araújo Correia, entre outros textos, J. M. Brandão de Brito, *Os Engenheiros e o Pensamento Económico do Estado Novo* in A.A.V.V., *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, *Universidade Moderna*, 84, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, pp. 211-234 e Carlos Bastien, *Correia, José Dias de Araújo*, in *Dicionário de História do Estado Novo* (DHEN), Dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Coord. Maria Fernanda Rollo, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, p. 225 e *José Dias de Araújo Correia (1894-1978)*, in *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*, coord. José Luís Cardoso, CISEP e Temas e Debates, 2001, pp. 96-99.

CORTÊS, Ulisses Cruz de Aguiar (1900-1975)

Licenciado em Direito, exerceu advocacia em Coimbra e na Lousã. Chefe do gabinete do ministro da Justiça Manuel Rodrigues; director-geral e secretário-geral do mesmo Ministério. Membro da comissão executiva da I Conferência da União Nacional (1946). Foi o ministro da Economia do Estado Novo que ocupou a pasta durante mais tempo, entre 1950 e 1958; ministro das Finanças entre 1965 e 1968.

COSTA, Adelino Amaro da

Nasceu a 18 de Dezembro de 1943 em Lisboa. Licenciou-se em Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico, escola onde foi assistente. Dedicou-se ao estudo do ensino superior, tendo publicado obra dedicada ao seu planeamento. Pertenceu ao Gabinete de Estudos do Ensino Superior do Ministério da Educação

liderado por Veiga Simão, no tempo do Marcelismo. Paralelamente, colaborou em vários títulos da imprensa. Fundador do CDS. Em Julho de 1974, foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República desde 1976. Foi eleito vice-presidente do CDS em 1978 e, em 1979, integrou o Governo da Aliança Democrática, suportado pelos centristas e pelo PPD, como ministro da Defesa. Morreu a 4 de Dezembro de 1980, na sequência da queda em Camarate do avião em que viajava com o primeiro-ministro Sá Carneiro.

COSTA, Alfredo Nobre da

Nasceu em Lisboa em 1923. Licenciou-se em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, em 1946, e obteve, em 1948, uma pós-graduação em Londres. Aos 27 anos iniciou uma longa carreira profissional desenvolvida no sector privado em empresas do Grupo Champallimaud, passando pela direcção da Fábrica de Cimentos Tejo, Fábrica de Cimentos Cabo Mondego, e Cimentos de Leiria. Em 1962, ingressou na Siderurgia Nacional como administrador técnico. Abandonou o Grupo Champallimaud para criar a Lusotecna, empresa fundada em 1965, ao mesmo tempo que é nomeado administrador da EFACEC.

Em 1972 é o escolhido para presidir ao Conselho de Administração da SACOR, cargo que abandona em 1974, já depois do 25 de Abril. É nomeado secretário de Estado da Indústria Pesada no VI Governo Provisório, do almirante Pinheiro de Azevedo, e ministro da Indústria e Tecnologia no I Governo Constitucional, de Mário Soares. O então presidente da República general Ramalho Eanes convida-o, em 1978, para a chefia do III Governo Constitucional, formado por iniciativa presidencial, Governo esse que teria uma duração de 85 dias e que cairia depois do seu programa ter sido recusado pela Assembleia da República. Assumiu posteriormente a presidência da Celcat e regressou à EFACEC, empresa de que era gestor à data da sua morte, a 1 de Abril de 1996.

COSTA, Francisco Manuel Seixas da

Nasceu em Vila Real a 28 de Fevereiro de 1948. Licenciou-se em ciências político-sociais pela Universidade Técnica de Lisboa, depois de ter frequentado o curso de Engenharia Electrotécnica na Universidade do Porto. Iniciou a actividade profissional no sector privado e, após o 25 de Abril, é nomeado adjunto da Junta de Salvação Nacional. Adere em 1975 ao Movimento de Esquerda Socialista (MES), no mesmo ano em que inicia a sua carreira diplomática, passando por capitais como Oslo, Luanda e Londres e por instituições como a Organização Mundial do Comércio. Foi secretário de Estado dos Assuntos Europeus entre 1995 e 2001, período durante o qual foi protagonista das negociações dos tratados de Amesterdão e de Nice, acompanhou o processo de adesão do Escudo à terceira fase da União Económica e Monetária, preparou a Presidência Portuguesa da UE em 2000 e envolveu-se nas negociações da Agenda 2000.

A experiência que adquiriu em questões europeias levou-o a manifestar-se contra os perigos, para os pequenos países, da «deriva intergovernamental» no processo de decisão comunitário. Abandonou o Governo em 2001 e foi nomeado embaixador de Portugal na ONU, posto do qual foi afastado em Junho do ano seguinte para ser transferido para a sede da OSCE em Viena. Em 2003, aceitou o convite do Governo de Durão Barroso para integrar um grupo de trabalho destinado a acompanhar os trabalhos da Conferência Intergovernamental encarregue de dar forma final ao Tratado Constitucional. Tem obra publicada *A diplomacia europeia*.

CRUZ, António Manuel de Mendonça Martins da

Nasceu em Lisboa a 28 de Dezembro de 1946. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa tendo dedicado toda a sua actividade profissional à carreira diplomática. Em 1975 é destacado para Moçambique, com a incumbência de montar a embaixada de Portugal em Maputo. Enquanto embaixador, representa Portugal no Cairo desde 1976 e Genebra, junto das Nações Unidas, a partir de 1979. Entre 1984 e 1985 é o responsável pelo departamento das Comunidades Europeias no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Com a vitória da Cavaco Silva nas eleições legislativas de 1985 tornou-se assessor diplomático do primeiro-ministro, cargo que abandonou em 1995 para representar Portugal junto da NATO e da União da Europa Ocidental, em Bruxelas, missões que desempenhou até 1999.

O convite para ser ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo liderado por Durão Barroso surge em 2002, quando Martins da Cruz era embaixador de Portugal em Madrid. É na qualidade de ministro que participa na Convenção sobre o Futuro da Europa, instituição liderada por Giscard d'Estaing e que tinha como objectivo elaborar uma proposta de Constituição Europeia. Apresenta a demissão do cargo em Outubro de 2003 sendo afastado do Governo de coligação PSD-CDS.

CRUZ, João Carlos Lopes Cardoso de Freitas

Nasceu em Lisboa em 27 de Março de 1925 e licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa. Ingressou na carreira diplomática em 1947, tendo exercido funções na Embaixada de Londres em 1950, onde atingiu a categoria de terceiro secretário de Legação. No ano seguinte foi transferido para a delegação portuguesa junto do Conselho Permanente do Pacto do Atlântico Norte, em Paris e frequentou um curso no Instituto de Defesa da Nato. Foi cônsul geral da Embaixada de Nova Iorque em 1963 e nomeado representante permanente de Portugal junto da OCDE, em Paris, em 1970. Foi embaixador de Portugal em Bona a partir de Setembro de 1971. É nomeado representante permanente de Portugal junto da NATO, em Bruxelas, a 29 de Agosto de 1974 e torna-se ministro dos Negócios Estrangeiros do IV Governo Constitucional, liderado por Carlos Mota Pinto, em 1978.

CUNHA, Arlindo Marques da

Nasceu em São João da Boavista, concelho de Tábua. Licenciou-se em Economia na Universidade do Porto em 1975 e, em 1979, obtém o grau de «Master of Philosophy» em Economia Agrária na Universidade de Reading, Grã-Bretanha. Foi assistente da Universidade Católica do Porto e leccionou a cadeira de Política Agrícola no Mercado Comum no curso de pós-graduação de Estudos Europeus da Universidade de Coimbra entre 1983 e 1986. Foi funcionário da Comissão de Coordenação da Região Norte entre 1975 e 1979. Em 1986 é nomeado secretário de Estado do Desenvolvimento Agrário, assumindo, em 1990, o cargo de ministro da Agricultura após a saída de Álvaro Barreto. É neste ministério que se destaca enquanto artífice da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), concretizada durante a Presidência Portuguesa da CEE que decorreu no primeiro semestre de 1992. Abandona o Governo para concorrer às eleições para o Parlamento Europeu, sendo eleito no escrutínio realizado a 12 de Junho de 1993. Possui váriada bibliografia relacionada com a regionalização e a problemática da agricultura e da integração europeia.

CUNHA, Luís Manuel Moreira Campos e

Nasceu em Luanda em 1954. Concluiu a licenciatura em Economia na Universidade Católica de Lisboa, doutorando-se na Universidade de Columbia em Nova Iorque. Lecciona na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa desde 1985, ano em que concluiu o doutoramento, tornando-se mais tarde director daquela faculdade, cargo que desempenhava aquando do convite de José Sócrates para integrar o seu Governo como ministro de Estado e das Finanças, em Março de 2005. Antes, havia sido vice-governador do Banco de Portugal entre 1996 e 2002. Foi curta a sua passagem pelo Governo de Sócrates, tendo saído do Ministério das Finanças em Julho de 2005.

CUNHAL, Álvaro Barreirinhas

Nasceu em Coimbra a 10 de Novembro de 1913. Frequentou o ensino primário em Seia e o ensino liceal em Lisboa, tendo-se matriculado na faculdade de Direito da Universidade de Lisboa aos 17 anos. Datam desse período os seus primeiros contactos com o Partido Comunista Português. Cunhal é eleito representante dos estudantes no Senado da Universidade de Lisboa e milita na Liga dos Amigos da URSS e no Socorro Vermelho Internacional. Torna-se secretário-geral da Juventude Comunista em 1935 e em 1936 ingressa no Comité Central do PCP. É preso em 1937 e libertado em 1938. É novamente preso durante o ano de 1940, e é na prisão que conclui a licenciatura em Direito. No ano seguinte, assume as funções de regente do Colégio Moderno com a missão de acompanhar os estudos dos alunos. É nessa condição que trava conhecimento e estreita a sua relação com Mário Soares.

Foi durante a década de 40 que Cunhal envolveu-se e sai vencedor numa luta de facções pela direcção efectiva dos destinos do partido, num processo que ficaria conhecido como a reorganização do partido. Preso pela terceira vez em 1949 e julgado em Tribunal Plenário, protagoniza em 1960, juntamente com outros dirigentes comunistas, uma aparatosa fuga do forte de Peniche. Em 1961, depois de se fixar em Paris, é eleito secretário-geral do PCP, cargo que se encontrava vago desde a morte de Bento Gonçalves em 1942. Regressa a Portugal a 30 de Abril de 1974, vindo de Paris, e integra o I Governo Provisório, liderado por Palma Carlos, como ministro sem pasta, funções que mantém nos II, III e IV Governos Provisórios, chefiados por Vasco Gonçalves. É eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e à Assembleia da República entre 1976 e 1992. É membro do Conselho de Estado desde a sua criação, em 1982, até 1992.

Álvaro Cunhal revelou enormes reservas quanto à integração de Portugal da CEE chegando a afirmar, em conferência de imprensa realizada em 1987, que ela seria «desastrosa para a economia e a independência nacional», manifestando-se contrário a uma futura união política e «à definição supranacional da política externa portuguesa». Aliás, o XII Congresso do PCP, realizado no Porto em 1988, aprovou uma resolução na qual é recusada a liberalização do mercado de capitais e a adesão do Escudo ao Sistema Monetário Europeu, apelando à renegociação do Tratado de Adesão. Abandona o cargo de Secretário-geral do PCP no XIV Congresso realizado em 1992, passando o testemunho a Carlos Carvalhas. Morreu em Lisboa no dia 13 de Junho de 2005.

CUTILEIRO, José Pires

Nasceu em 20 de Novembro de 1934 em Évora. Matriculou-se em Arquitectura mas acabou por se licenciar em Antropologia Social em Oxford, depois de uma inscrição no curso de Medicina. Publicou dois livros de poesia e foi colaborador da revista *Almanaque*, onde pontificavam nomes como Luís de Statu Monteiro e José Cardoso Pires. Doutorou-se no ano de 1968 e ingressou no St. Antony's College como *fellow* entre 1968 e 1971. Tornou-se *lecturer* em Antropologia Social na *London School of Economics and Political Science* entre 1971 e 1974.

É convidado pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, para conselheiro cultural na Embaixada em Londres, cargo que desempenha de 29 de Setembro de 1974 a 1 de Junho de 1977, tornando-se em seguida embaixador, e representante permanente de Portugal junto do Conselho da Europa até Setembro de 1980. Passou pela Embaixada de Maputo, e foi nomeado representante permanente de Portugal junto da Conferência de Desarmamento na Europa, realizada em Estocolmo a 14 de Janeiro de 1984. Em 1987 é chamado a Lisboa para assumir o cargo de director-geral dos Negócios Político-Económicos. Negociou a adesão de Portugal à União da Europa Ocidental e chefiou a delegação que negociou com os Estados Unidos da América os termos da utilização da Base das Lajes, nos Açores, em 1988 e 1989.

Foi deslocado para Pretória como embaixador em 1989 e tornou-se conselheiro especial do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Presidência Portuguesa da Comunidade Europeia. É nessa qualidade que coordena a Conferência de Paz para a Jugoslávia, de Janeiro a Agosto de 1992, presidida por Lord Carrington. Presidia ao Instituto Diplomático desde Março de 1994 quando assumiu a secretaria-geral da União da Europa Ocidental (UEO), a 16 de Novembro de 1994, após uma eleição em que contou com o apoio explícito da Grã-Bretanha e da Holanda. A escolha recai sobre um diplomata de carreira atlantista numa altura em que a UEO ganha nova vida após a ratificação do Tratado de Maastricht enquanto pilar da defesa comum. Nas palavras do próprio José Cutileiro, a UEO «passou a ser considerada como uma estrutura viável para [...] poder vir a ser instrumento de defesa da União Europeia [...] [e] contribuir, fundamentalmente, para o reforço do pilar Europeu da Aliança Atlântica». José Cutileiro é reconduzido na secretaria-geral da UEO em Maio de 1997.

DELGADO, Humberto da Silva

Nasceu em Torres Novas em 1906. Ingressou na carreira militar, e foi um dos primeiros pilotos da Força Aérea Portuguesa. Participa no golpe militar de 28 de Maio de 1926. Em 1936 foi nomeado Comissário Adjunto da Mocidade Portuguesa e Adido Militar do Comando Geral da Legião Portuguesa. Em 1947 foi nomeado delegado português na Organização Internacional da Aviação Civil em Montreal e representante

português da NATO em Washington (1952-1957).

Candidato às eleições presidenciais de 8 de Junho de 1958, transforma-se num dos símbolos da oposição ao regime, quando numa conferência de imprensa afirma que se fosse eleito demitiria Salazar: «Obviamente, demito-o». O candidato da União Nacional, Américo Tomás, acabou por ser eleito, e a 11 de Junho, Delgado era demitido do cargo de Director Geral da Aviação Civil. Um ano mais tarde pede asilo na Embaixada Brasileira. Em 1962, já no Brasil, participa na Frente Patriótica de Libertação Portuguesa.

Foi assassinado pela PIDE a 13 de Fevereiro de 1965.

DIAS JÚNIOR, José Nascimento Ferreira

Engenheiro Electrotécnico e Mecânico licenciado pelo Instituto Superior Técnico (IST) de Lisboa, subsecretário de Estado do Comércio e Indústria entre 28 de Agosto de 1940 e 6 de Setembro de 1944, foi professor de 1928 até 1966. Em 1925 iniciou a sua actividade profissional na CUF. Em 1936 foi nomeado presidente da Junta de Electrificação Nacional. Em 1947 foi nomeado presidente da Companhia Nacional de Electricidade, no ano seguinte assumiu a presidência do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa. Designado presidente da Câmara Corporativa em 1957. Subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria de 1940 até 1944 e ministro da Economia de 1958 até 1962. Ver sobre Ferreira Dias e as suas principais publicações: J. N. Ferreira Dias Jr., *Linha de Rumo I e II e Outros Escritos Económicos, 1926-1962*, 3 vols., Introdução e Direcção de Edição de J. M. Brandão de Brito, Lisboa, Banco de Portugal, 1998.

DUQUE, Rafael da Silva Neves

Nasceu em Torres Novas a 3 de Setembro de 1893. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Chefe de Gabinete do ministro do Trabalho republicano, Lima Duque, adere, ao Golpe de 28 de Maio de 1926.

Em 1934 Salazar convida-o a chefiar o ministério da Agricultura. Procurou desde logo implementar um conjunto de medidas, de pendor neo-fisiocrático, tendo em vista a modernização da agricultura portuguesa, embora sem grande sucesso. Com a extinção do ministério da Agricultura, transita para a recém criada pasta da Economia, tomando posse a 28 de Agosto de 1940. Quatro anos mais tarde é substituído por Luís Supico Pinto.

Morre em 1963.

EANES, António dos Santos Ramalho

Nasceu em Alcains a 25 de Janeiro de 1935. Ingressou na Escola do Exército como voluntário em 1953 e é promovido ao posto de alferes em 1957, ano em que parte para o Estado da Índia na sua primeira comissão de serviço. É destacado para Macau em 1962, na qualidade de capitão, transferindo-se em seguida, juntamente com os homens sob o seu comando, para Moçambique, onde chega em 1964. Regressa àquele território em 1966 para mais uma comissão de Serviço. A guerra no Ultramar levá-lo-ia ainda à Guiné, em 1969, e a Angola em 1974, território onde se encontrava quando se dá o deflagrar do 25 de Abril. Foi um dos organizadores do Congresso dos Combatentes realizado no Porto. Regressa a Lisboa para integrar a Comissão *ad hoc* para os Órgãos de Comunicação Social, assumido a Direcção de Programas da Rádio Televisão Portuguesa, cargo que viria a abandonar em 28 de Setembro de 1974. Subscreeveu o Documento dos Nove e é apontado como um dos estrategas das movimentações militares que conduziram à contenção das forças que desencadearam o 25 de Novembro de 1975.

Candidata-se em 1976 às primeiras eleições presidenciais em Democracia e obtém a vitória com 61,5 por cento dos votos. O seu primeiro mandato fica marcado pela demissão do II Governo Constitucional, após o CDS ter rompido a coligação que mantinha com o PS, e pela nomeação de três governos de «iniciativa presidencial», chefiados por Nobre da Costa, Carlos Mota Pinto e Maria de Lurdes Pintasilgo. Foi reeleito nas eleições presidenciais de 1980, derrotando o candidato Soares Carneiro. É apontado como a figura

tutelar de um novo movimento político, o Partido Renovador Democrático, que alcança 18 por cento nas eleições legislativas de 1985. Ao terminar o segundo mandato em Belém, entrega-se à direcção do PRD, em 1986, mas averba uma pesada derrota nas eleições legislativas de 1987 onde o Partido desce para os cinco por cento. Abandona a política activa concretizando uma decisão já anunciada antes da realização do acto eleitoral.

FÉLIX, António José de Castro Bagão

Nasceu em Ílhavo a 9 de Abril de 1948. Licenciou-se em Economia em 1970 no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF). Iniciou a actividade académica como assistente do ISCEF em 1973 tornando-se, em 1976, assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e do Trabalho. Cumprido o Serviço Militar, inicia a actividade profissional no sector dos seguros, como director financeiro da companhia *A Mundial*, passando em 1976 para o Conselho de gestão da COSEC, onde se manteria até 1979.

Tem a sua primeira experiência governativa durante a AD, a coligação PSD/CDS, mantendo-se na Secretaria de Estado e da Segurança Social durante o Governo de Sá Carneiro e os dois governos seguintes liderados por Pinto Balsemão. Regressaria ao Governo, agora pela mão de Cavaco Silva e enquanto secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, no XI Governo Constitucional, cargo no qual tomou posse em 1987 e onde se manteve durante quatro anos. Enquanto governante, tornou público a utilização abusiva dos apoios do Fundo Social Europeu. Durante a década de 90 ingressou no Banco de Portugal onde foi vice-governador entre 1993 e 1994, enveredando pelo sector privado, onde seria director geral do BCP.

Este independente com ligações ao CDS regressaria ao poder executivo após a vitória do PSD nas eleições legislativas de 2002, sendo nomeado ministro da Segurança Social do Governo de Durão Barroso e ministro das Finanças do Governo chefiado por Pedro Santana Lopes em 2004.

FERNANDES, António Júlio de Castro (1903-1975)

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, politicamente de extrema-direita, tendo sido dirigente da Cruzada Nuno Álvares no final da I República e fundador do Movimento Nacional-Sindicalista de Rolão Preto. Em 1934 deixou os «camisas azuis», aderindo ao Estado Novo. Teve um papel activo na institucionalização do corporativismo, sendo funcionário do INTTP. A sua carreira política prosseguiu dentro do aparelho corporativo, tendo sido vice-presidente da FNAT e desempenhado funções directivas em vários grémios.

Foi deputado à AN e procurador da CC. Na remodelação governamental de Setembro de 1944 foi nomeado subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, cargo que manteve até ser chamado à pasta da Economia em 16 de Outubro de 1948, ministério que chefiou até 2 de Agosto de 1950 (quando foi substituído por Ulisses Cortês). Foi também presidente da Comissão Executiva da UN e administrador do BNU. A obra que deixou publicada, para além de algumas poucas intervenções como ministro da Economia e administrador do BNU, aborda sobretudo ao tema do corporativismo português.

FRANCO, António Luciano Pacheco de Sousa

Nasceu em Lisboa em 1942. Licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa e em 1972 e concluiu o doutoramento, depois de ter frequentado um curso de pós-graduação na Sorbonne, em Paris. Inicia a carreira universitária como professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foi militante da Juventude Universitária Católica. Após o 25 de Abril, adere ao PPD, depois de ter mantido encontros com Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa, fundadores do CDS. Foi nomeado Secretário de Estado das Finanças do VI Governo Provisório, do Almirante Pinheiro de Azevedo e foi eleito deputado em 1976 pelas listas do PPD, partido que chega a dirigir entre Janeiro e Julho de 1978.

Afasta-se do PPD e funda a Associação Social-Democrata Independente (ASDI), movimento político a que preside entre 1979 e 1982, tendo, entretanto, participado no V Governo Constitucional de Maria de Lurdes Pintasilgo como ministro das Finanças entre 1979 e 1980. Em 1986 aceita o convite do primeiro-ministro,

Cavaco Silva, e do ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, para a presidência do Tribunal de Contas, cargo que ocupa até 1995. Com a chegada do PS ao poder, liderado por António Guterres, abraçou novamente a pasta das Finanças entre 1995 e 1999, tendo a sua passagem pelo Governo ficado marcada pela adesão do Escudo ao Euro. Regressou à política activa em 2004, encabeçando a lista que o PS apresentou nas eleições para o Parlamento Europeu.

Morreu a 9 de Junho durante uma acção de campanha eleitoral realizada em Matosinhos.

FREIRE, António José Aniceto de Siqueira

Nasceu em Lisboa a 17 de Abril de 1918 e licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Inicia a actividade como diplomata em 1942. Em 1946 ingressa no Consulado Geral em Tânger e é transferido para Ankara no ano seguinte. A sua carreira leva-o às capitais da Argentina, Cuba e Chile antes de se fixar em Paris, onde chega em 1953. É transferido para Leopoldville em 1956. Torna-se embaixador em Beirute em 1962. Em Genebra chefia as delegações permanentes junto do GATT e da EFTA a partir de 26 de Dezembro de 1966, sendo nomeado embaixador a 3 de Julho de 1973. A 13 de Novembro de 1974 passa a chefiar a Missão junto das Comunidades Europeias, transitando mais tarde para Paris como embaixador em 1979. Passou à disponibilidade em serviço a 8 de Março de 1984. Morreu a 2 de Outubro de 1999.

GAGO, Carlos Jorge Mendes Corrêa

Nasceu em Lisboa a 25 de Junho de 1934. Licenciou-se em Engenharia de Minas pelo Instituto Superior Técnico e obteve a pós-graduação em Administração Industrial. Foi director de Planeamento e director geral do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho entre 1963 e 1974. Colaborou com a Direcção Geral da Aeronáutica Civil, organismo de que foi consultor entre 1966 e 1970. Foi administrador da empresa Pública de Parques Industriais entre 1973 e 1976 e da Petrosul entre 1976 e 1982. Preside à Administração Geral do Porto de Lisboa entre 1972 e 1986. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros do III Governo Constitucional liderado por Alfredo Nobre da Costa em 1978 e ministro da Coordenação Económica no V Governo Constitucional de Maria de Lurdes Pintasilgo. Foi nomeado administrador da Somincor, cargo que desempenhou entre 1986 e 1989 e, em 1992, é convidado para a presidência do Instituto Nacional de Estatística (INE).

GOMES, D. António Ferreira

Nasceu em Ermesinde a 10 de Maio de 1906. Em 1916 entra para o seminário licenciando-se em Teologia, em 1925.

Parte para Roma, formando-se em Filosofia pela Universidade Gregoriana em 1928, ano em que foi ordenado presbítero. De regresso a Portugal lecciona no Seminário de Vilar, no Porto. Em 1948 foi nomeado Bispo coadjutor de Portalegre e Castelo Branco. Deu então início a uma intervenção política activa, publicando artigos doutrinários publicados em jornais católicos, focando temáticas relacionadas com a política, liberdade, o totalitarismo e as relações Igreja-Estado.

Em 1952 é nomeado Bispo do Porto. Em Julho de 1958, redige uma carta a Salazar, citando matérias sociais e políticas, o que provocaria a hostilidade do regime que o forçaria a exilar-se em Espanha, onde viveu dez anos.

Regressa a Portugal a 19 de Junho de 1969. Em 1980 recebe a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Morreu em Abril de 1989.

GOMES, Francisco da Costa

Nasceu em Chaves a 30 de Junho de 1914. Frequenta o Colégio Militar entre 1924 e 1931 e ingressa no curso de Cavalaria que termina em 1935. Licencia-se em Matemática pela Universidade do Porto. É

indicado para o Quartel-General da NATO nos EUA onde permaneceu entre 1954 e 1956. É nomeado, em 1958, sub-secretário de Estado do Exército, colaborando com o ministro da Defesa Botelho Moniz e sendo o responsável pela reorganização das Forças Armadas, preparando-as para os futuros desafios impostos pela Guerra Colonial. O seu envolvimento no golpe militar protagonizado por Botelho Moniz em Abril de 1961 vale-lhe a colocação no Distrito de Recrutamento e Mobilização de Beja.

Torna-se professor no Instituto de Altos Estudos Militares em 1964. Em 1965 é destacado para Moçambique, onde é 2.º Comandante da Região Militar, passando a 1.º Comandante dois anos mais tarde. Em 1970 presta serviço em Angola como Comandante-Chefe das Forças Armadas. Em 1972 é nomeado Chefe de Estado-Maior do Exército, posto de que é afastado em 1974 depois de se ter recusado a participar na homenagem prestada pelas altas patentes dos três ramos das Forças Armadas ao presidente da República Américo Tomás. Ingressa na Junta de Salvação Nacional a 25 de Abril. Assume a Presidência da República a 28 de Setembro de 1974 após renúncia de António de Spínola, terminando o mandato em 1976 na sequência das primeiras eleições para a Presidência da República que dão a vitória a Ramalho Eanes. Em 1977 torna-se membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação e é promovido à categoria de marechal em 1982.

Morreu a 31 de Julho de 2001.

GONÇALVES, general Vasco dos Santos

Nasceu em Lisboa a 3 de Maio de 1922. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1940 mas ingressa, dois anos depois, na Escola do Exército. Frequentou, a partir de 1949, o curso de Engenharia na Escola Prática de Tancos e prestou serviço na base das Lajes no ano seguinte. Desempenha missões em vários territórios do ultramar português: Goa em 1955 e, durante a Guerra Colonial, em Moçambique, no ano de 1965 e Angola, em 1970. Ascendeu à categoria de tenente-coronel em 1967 depois de, em 1960, ter colaborado no jornal clandestino *Tribuna Militar*. Ingressa no Movimento dos Capitães em 1973. Após o 25 de Abril é nomeado primeiro-ministro, na sequência da demissão de Adelino da Palma Carlos, a 18 de Julho de 1974, chefiando sucessivamente os II, III, IV e V Governos Provisórios, sendo demitido do cargo a 29 de Agosto de 1975. Passou à reserva em Dezembro de 1975.

Morreu em Lisboa a 11 de Junho de 2005.

GOUVEIA, Maria Teresa Pinto Basto (Teresa Patrício Gouveia)

Nasceu em Lisboa a 18 de Julho de 1946. Concluiu a licenciatura em História em 1970 e, durante essa década, participou em iniciativas relacionadas com a preservação do património, tendo sido secretária da Comissão Nacional do Ano do Património Arquitectónico Europeu, um organismo do Conselho da Europa. Desempenhou funções de direcção no Gabinete Coordenador das Actividades Culturais Externas da Secretaria de Estado da Cultura entre 1977 e 1980. Representou a Secretaria de Estado da Cultura no Conselho Director da Cooperação Cultural do Conselho da Europa e chefiou o Gabinete das Relações Culturais e Internacionais do Ministério da Cultura.

Presidiu ao Comité Director de Cooperação Cultural do Conselho da Europa, depois de ter sido vice-presidente do mesmo organismo. Ambas as funções foram desempenhadas entre 1984 e 1987. Foi secretária de Estado da Cultura nos Governos de Cavaco Silva entre 1985 e 1990. Em 1987 foi eleita deputada na Assembleia da República. É indigitada secretária de Estado do Ambiente em 1991 e ascende ao lugar de ministra em Junho de 1993. É na condição de secretária de Estado que representa Portugal e a CEE na Conferência Mundial Sobre o Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992. Foi nomeada ministra dos Negócios Estrangeiros no Governo de Durão Barroso em 2003, após a saída de Martins da Cruz. Do seu currículo, destaque para as passagens pela administração da Fundação de Serralves. Desempenha actualmente as funções de administradora da Fundação Calouste Gulbenkian, cargo que assumiu desde Novembro de 2004.

GRILO, Francisco Monteiro

Engenheiro Agrónomo, antigo director dos Serviços de Agricultura da colónia de Moçambique. Delegado de Portugal à Comissão Colonial da OECE.

GUERRA, Rui da Fonseca e Sousa Camões Teixeira

Nasceu em Elvas em 1902. Em Janeiro de 1956 é ministro plenipotenciário de 1.ª classe, na Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como director geral dos Negócios Económicos e Consulares. Nessa qualidade acompanha com atenção as negociações, integrando várias delegações portuguesas nas reuniões da OECE. Delegado do Governo português na reunião realizada em Genebra no início de 1958 entre os Sete. Participa nas negociações para a constituição da EFTA como suplente do secretário de Estado do Comércio, e chefia a delegação portuguesa nas reuniões de 1959 em Oslo, Estocolmo e Saltsjöbaden, conseguindo importantes garantias para Portugal. Em Junho de 1960 torna-se embaixador de Portugal em Berna e em Outubro do mesmo ano representante permanente de Portugal no Conselho da EFTA, em Genebra.

Morre em Lisboa em 1996.

GUTERRES, António Manuel de Oliveira

Nasceu em Lisboa a 30 de Abril de 1949. Licenciou-se em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico em 1971 e frequentou o curso de pós-graduação em Economia para Engenheiros. Colaborou com a presidência do Conselho de ministros e com o Gabinete da Área de Sines como técnico entre 1973 e 1974. Foi adjunto de Mário Soares, na passagem deste pelo IV Governo Provisório enquanto ministro sem pasta e de Salgado Zenha, enquanto ministro das Finanças do VI Governo Provisório. Foi membro da Comissão de Integração Europeia entre 1976 e 1979.

Regressou ao Gabinete da Área de Sines entre 1983 e 1984 e foi director de Desenvolvimento Estratégico do IPE (Investimentos e Participações do Estado) entre 1984 e 1985. Filiou-se no PS em 1974 e foi eleito Deputado da Assembleia da República, primeiro entre 1976 a 1983 e depois entre 1985 e 1995. Foi membro do Secretariado Nacional do PS entre 1977 e 1981 e entre 1986 e 1992. Nesse mesmo ano, a 23 de Fevereiro, assume a liderança do PS no X Congresso, depois de uma disputa eleitoral travada com Jorge Sampaio. Venceu as eleições legislativas realizadas a 1 de Outubro de 1995 e toma posse como primeiro-ministro do XIII Governo Constitucional. Em Maio de 2005 é nomeado alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

LEITÃO, João António de Moraes

Nasceu na Covilhã a 4 de Setembro de 1938. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa, no início da década de 60, e ingressou na Companhia de Seguros Douro. Ainda nos anos sessenta é recrutado para a secção de contencioso do Banco Pinto & Sotto Mayor, exercendo também a advocacia num escritório de que são sócios Costa Reis e Francisco Pinto Balsemão. Em 1966 é convidado para o cargo de administrador delegado da Mundial, que abandonaria em 1975, aquando das nacionalizações, regressando assim à advocacia a tempo inteiro. Colaborou com a SEDES desde o início dos anos 70 e, no pós-25 de Abril, fundou o CDS. Depois do exercício da presidência da Federação Portuguesa de Futebol, em 1979, ingressa no VI Governo Constitucional, liderado por Sá Carneiro, à frente do Ministério dos Assuntos Sociais. Regressaria às lides governativas, agora no executivo liderado por Francisco Pinto Balsemão em 1981 (VII Governo Constitucional), onde assume a pasta das Finanças. Regressa à política em 1994 como membro da Comissão Política do CDS-PP dirigido por Manuel Monteiro, tendo sido empossado durante um congresso partidário realizado em Setúbal em Fevereiro desse ano.

LEITE (Lumbrales), João Pinto da Costa Leite

Licenciado pela Faculdade de Direito de Coimbra, onde foi discípulo e assistente de Oliveira Salazar. Pouco depois de Salazar ter assumido a pasta das Finanças, chamou Costa Leite para seu subsecretário de Estado, cargo que este desempenhou em 1929 (17 de Julho a 5 de Novembro) e entre 23 de Outubro de 1934 e 13 de

Dezembro de 1937, acumulando com o cargo de subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social que assumiu interinamente entre 14 de Março de 1935 e 18 de Janeiro de 1936. Foi ministro do Comércio e Indústria (13.12.1937-28.8.1940), das Finanças (28.8.1940-2.8.1950), do Interior (23.7.1941-12.8.1941), das Obras Públicas e Comunicações (18.11.1943-6.9.1944) e da Presidência (2.8.1950-7.7.1955), tendo sido substituído por Marcelo Caetano.

Entre outros cargos que assumiu durante o Estado Novo, foi também presidente da Junta Central da Legião Portuguesa e presidente da Comissão Executiva da União Nacional. Monárquico, da ala mais conservadora do Regime neste período do pós-Guerra, homem de confiança e braço direito de Salazar durante os mais de vinte anos que esteve no Governo. Lumbrales teve um papel decisivo na condução das questões ligadas à participação de Portugal no Plano Marshall. Foi porventura o principal responsável pela decisão inicial de rejeitar o auxílio financeiro americano – evocando o problema do ouro alemão existente nos cofres do Banco de Portugal, esgrimindo argumentos que passavam pela defesa de que Portugal não devia encarregar entre os famintos do dólar. Era portanto sob a responsabilidade de Lumbrales que se mantinha a pasta das Finanças neste período de crise de pagamentos que Portugal atravessa neste final dos anos 40, e que o conduzirá à solicitação do auxílio financeiro Marshall.

Depois de Portugal alterar diametralmente a sua posição em relação ao auxílio Marshall, a gestão dos assuntos relativos à utilização da ajuda americana manteve-se sob a sua alçada. A própria Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia, criada para gerir o aproveitamento do Plano Marshall em Portugal, foi constituída sob a tutela do Ministério das Finanças, tendo transitado para a dependência da presidência do Conselho de ministros quando Lumbrales foi nomeado ministro da Presidência.

LEITE, Maria Manuela Dias Ferreira

Nasceu em Lisboa a 3 de Dezembro de 1940. Terminou a licenciatura em Economia em 1963 no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Tornou-se assistente nessa instituição de ensino, onde iniciou uma carreira académica que se prolongou para além do 25 de Abril de 1974. Ainda durante a década de 60, tornou-se bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian e é nesse âmbito que frequentou um curso na Alemanha subordinado à educação e às suas componentes económicas organizado pela OCDE. Tornou-se investigadora entre 1964 e 1972 e técnica do Serviço de Investimentos daquela fundação entre 1972 e 1973.

Foi directora do Departamento de Estatística do Grupo IPE (Investimentos e Participações do Estado), ingressando nesse ano no Banco de Portugal, onde integra o Gabinete de Estudos entre 1977 e 1986. Nesse ano, assumiu o cargo de directora-geral da Contabilidade Pública no Ministério das Finanças, que abandonou para assumir a Secretaria de Estado do Orçamento. Em 1993 é nomeada ministra da Educação, onde se mantém até ao final do último Governo de Cavaco Silva. Foi sucessivamente eleita deputada nas eleições legislativas de 1991, 1995 e 1999. Em 2002 integra o Governo liderado por Durão Barroso como ministra de Estado e das Finanças, abandonando a actividade governativa quando o primeiro-ministro deixou o Governo para presidir à Comissão Europeia.

LOPES, Pedro Miguel de Santana

Nasceu em Lisboa a 29 de Junho de 1956. Filia-se no PSD em 1976, embora tenha iniciado a sua actividade política logo a seguir ao 25 de Abril, enquanto estudante da Faculdade de Direito de Lisboa. Foi convidado por Francisco Sá Carneiro para ser o seu assessor jurídico aquando da formação do Governo da Aliança Democrática, constituído pelo PSD e pelo PS. É nomeado secretário de Estado da presidência do Conselho de ministros em 1985, integrando o primeiro Governo liderado por Cavaco Silva. Em 1987 ingressa no Parlamento Europeu como eurodeputado, de onde regressa em 1989. Em 1990 substitui Teresa Gouveia na Secretaria de Estado da Cultura, lugar de que se demite em Dezembro de 1994.

Durante a passagem do PSD pela oposição, e depois de ter perdido a corrida à direcção do PSD para Fernando Nogueira em 1995, assume a direcção do Sporting Clube de Portugal nesse mesmo ano, abandonando o clube em Abril de 1996. É eleito da Câmara Municipal da Figueira da Foz em 1997. Em 2001 conquista a Câmara de Lisboa. Em Fevereiro de 2002 foi escolhido para uma das vice-presidências do

Comité das Regiões. Depois da saída de Durão Barroso do Governo para presidir à Comissão Europeia, formaria Governo no Verão de 2004, em coligação com o CDS-PP, Governo esse que seria dissolvido pelo presidente da República em Dezembro de 2004.